

Lei Florestal do Uruguai (Lei 15.939) — Quatro Décadas de Incentivos Fiscais à Florestação Industrial, e os Seus Custos Contestados para a Água e a Biodiversidade

PES & Nature-Based Solutions · Boa prática · Uruguai

Pontuação de qualidade: 20/100

Força da evidência: Observacional / pré-pós

Sumário

A Lei Florestal de 1987 do Uruguai usou isenções e subsídios para expandir plantações de pinheiro/eucalipto a cerca de 1,3 milhões de hectares, mas investigação independente associa essas plantações à redução do caudal de água e à perda de biodiversidade nativa.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Carbon — sequestration / storage, evidenced	1/3
Biodiversity — conservation / improvement, evidenced	0/3
Water & soil — retention, infiltration, erosion control	0/3
Fire resilience — risk reduction, evidenced	0/3
Governance, certification & transferability	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-23

[Dirección General Forestal, Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca \(MGAP\)](#) — acedido a 2026-09-23

[Ecolex/FAO — Ley Nº 15.939, Ley Forestal](#) — acedido a 2026-09-23

[World Rainforest Movement — Impact of industrial tree plantations on Uruguay's water crisis](#) — acedido a 2026-09-23

Citar — Evidoria. *Lei Florestal do Uruguai (Lei 15.939) — Quatro Décadas de Incentivos Fiscais à Florestação Industrial, e os Seus Custos Contestados para a Água e a Biodiversidade*. ID persistente: 56250882-e1c4-4a21-8ede-eab360784444.